



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS - CCHN
LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA- PROLIND**

**VIVÊNCIAS E MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DO
POVO TUPINIKIM DA ALDEIA DE CAIEIRAS VELHA**

ALZENIRA FELIPE MARQUES

ARACRUZ - ES

2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS - CCHN
LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA- PROLIND**

**VIVÊNCIAS E MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DO
POVO TUPINIKIM DA ALDEIA DE CAIEIRAS VELHA**

ALZENIRA FELIPE MARQUES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao PROLIND como requisito para obtenção do título de Graduado em Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Espírito Santo. Orientadora: Andreia Teixeira Ramos

ARACRUZ - ES

2022

ALZENIRA FELIPE MARQUES

**VIVÊNCIAS E MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DO
POVO TUPINIKIM DA ALDEIA DE CAIEIRAS VELHA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao PROLIND como requisito para obtenção do título de Graduado em Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Espírito Santo. Orientadora: Dra. Andreia Teixeira Ramos

Aprovado em 17 de dezembro de 2022.

COMISSÃO AVALIADORA:

Profa. Dra. Andreia Teixeira Ramos
Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Soler Gonzalez
Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Leidiane Pego de Souza Sezinando
Secretaria de Educação de Aracruz

Sonhar

Todos temos a mesma capacidade de sonhar,
pena que poucos tenham as mesmas oportunidades.

E a educação é a maior porta que podemos abrir e
mudar a nossa geração e as futuras gerações,
consequentemente o ambiente que o cerca.

Tantos sonhos, tantas lágrimas e tantas conquistas.

Mesmo não sendo merecedores,
mas tu Deus na sua infinita misericórdia, nos presenteia
com cada manhã a sempre acreditarmos
num dia melhor para os nossos filhos,
mas sabemos que a cada conquista
muitos estão de joelhos por mim,
por ti e por você nesse momento.

Todos os dias as nossas maiores riquezas
são os sorrisos dos nossos filhos,
as aflições perpassam pelos nossos caminhos
até o retorno das nossas alegrias.

Nunca pare de sonhar,
mesmo que esses sejam impossíveis
diante dos vossos olhos, mas diante de Deus
é apenas um tempo para a realização das suas conquistas.

Levante e continue os vossos sonhos.

Autor: Gefferson Marques

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me manteve de pé durante todo esse tempo, que me levantou muitas vezes quando achei que seria impossível, principalmente na escrita do TCC onde tantas coisas aconteceram, situações que pareciam insuperáveis, Deus esteve comigo me mostrando que seria possível continuar.

Agradeço a minha família que muitas vezes tiveram que suportar meus momentos de dificuldades, que vivenciaram tantas crises de ansiedade e que muitas vezes não sabiam o que fazer e como ajudar.

Agradeço as minhas amigas Andrea e Marli que sempre me incentivavam, colocando à disposição para ajudar, em especial Marli que veio compartilhar comigo suas memórias e vivências por meio da carta.

Agradeço a Leidiane que sempre me apoiou nos momentos em que eu queria desistir, sempre com palavras de carinho dizendo que eu não poderia desistir, falando da minha importância para o curso, bem como para a Educação Escolar Indígena, você consegue, você é guerreira, eu então respirava, as vezes chorava e tentava seguir em frente.

Andreia Teixeira Ramos, minha orientadora e psicóloga, a você minha eterna gratidão, muitas vezes, o momento da orientação, era utilizado para o meu desabafo, meu choro, quantas vezes falei que não queria mais, que não conseguia, ela sempre dizia, vai dar certo, não desista, sua história é linda. Obrigada pela sua paciência, dedicação, amor, confiança,

carinho, desculpa se não consegui atender as expectativas, mas nesse momento, isso é o que consigo oferecer.

Obrigada a todos que de alguma forma contribuíram para que eu conseguisse chegar a esse momento, aos educadores indígenas que chegaram ao final desse curso, sei que não foi fácil, quero dizer que somos muito mais vencedores.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso Intitulado **Vivências e Memórias da Educação Escolar Indígena do Povo Tupinikim da Aldeia de Caieiras Velha**, se interessa pela seguinte **questão de pesquisa**: de que modo a trajetória das vivências e memórias de uma educadora indígena do povo Tupinikim da Aldeia de Caieiras Velha potencializa a educação escolar indígena na atualidade, de forma política, ética, estética e pedagógica? Nesse sentido, este TCC teve como **objetivo geral** descrever a trajetória das vivências e memórias de uma educadora indígena do povo Tupinikim da Aldeia de Caieiras Velha e suas potencialidades para a educação escolar indígena na atualidade. Assim, foram **objetivos específicos**: registrar por meio de cartas pedagógicas as vivências e memórias de uma educadora indígena e conhecer as vivências e memórias de outras educadoras indígenas que participaram da construção do projeto da educação escolar indígena. O trabalho se ampara na **metodologia** da pesquisa narrativa com aproximações com uma liberdade e licença poética, estética, política, pedagógica e ética. Nesse cenário, utilizamos como procedimento metodológico a carta pedagógica com as narrativas de uma educadora indígena e a escrita de todo processo de participação de minha trajetória, enquanto uma das primeiras educadoras Tupinikim, na construção de uma educação escolar indígena específica e diferenciada, que teve como uma das primeiras formações o Magistério Indígena, um curso que contribuiu para o reconhecimento do meu povo, que proporcionou o conhecimento de toda a trajetória de luta para se manter vivo. No passado quando me diziam que não era indígena, pois não falava a língua materna, que não mantinha os costumes e tradições dos meus antepassados, ficava triste e muitas vezes até dizia que não era indígena. Depois do Magistério Indígena, compreendi como foi o processo de colonização que meu povo sofreu e ainda sofre, sei porque não falamos nossa língua materna, sei de todas as atrocidades que sofremos para chegar até aqui, vivos, então me orgulho de ser indígena Tupinikim. Quando aconteceu a invasão dos colonizadores, por sermos um povo do banhado, ou seja, povo que mora perto dos rios, foram ao Tupinikim, juntamente com outros povos que sofreram os primeiros ataques dos portugueses e lutamos para existir e continuamos resistindo. O Projeto de Educação Escolar Indígena nos trouxe essa

história e todo processo de luta, se ainda resistimos/existimos, é porque somos fortes, somos guerreiros.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena. Cotidianos Escolares. Práticas Pedagógicas. Narrativas. Pandemia. Povo Tupinikim. Aldeia Caieiras Velha.

SUMÁRIO

CARTA SOBRE A INFÂNCIA - ANTEPASSADOS.....	9
CARTA PARA MINHAS FILHAS E NETAS.....	9
1. INTRODUÇÃO - CONTINUANDO A CAMINHADA.....	14
2. CARTA SOBRE OS PRIMEIROS PASSOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA ALDEIA DE CAIEIRAS VELHA.....	18
CARTA PARA AS EDUCADORAS E EDUCADORES INDÍGENAS.....	18
3. CARTA SOBRE O MAGISTÉRIO INDÍGENA NO ENSINO MÉDIO NA ALDEIA DE CAIEIRAS VELHA.....	22
CARTA PARA AS EDUCADORAS E EDUCADORES INDÍGENAS	22
MUDANÇA DO CURSO PARA A ALDEIA DE PAU BRASIL.....	34
DEMARCAÇÃO DE TERRAS.....	39
CONCURSO PÚBLICO	39
FORMATURA	40
4. CARTA DA PROFESSORA INDÍGENA MARLI SANTOS	49
CARTA PEDAGÓGICA À ALZENIRA	49
5. CARTA PEDAGÓGICA SOBRE A GRADUAÇÃO/PROLIND.....	56
CARTA PARA AS EDUCADORAS E EDUCADORES INDÍGENAS	56
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
7. REFERÊNCIAS	60

CARTA SOBRE A INFÂNCIA - ANTEPASSADOS

CARTA PARA MINHAS FILHAS E NETAS

Queridas filhas e netas, trago aqui um pouquinho da minha infância, muitas vezes marcadas por dificuldades, mas principalmente, mostrando que é possível vencer. Rememorando a minha infância, me vem algumas lembranças, doces lembranças, de uma época em que morávamos em uma pequena casa de estuque, coberta de palhas onde o piso era de terra batida. No meio da casa tinha um fogareiro feito de pedras que ficava aceso a noite toda para nos manter aquecidos nas noites frias. Não tinha quartos ou camas para todas as crianças, dormíamos em esteiras no chão em volta da fogueira. Na aldeia não existia luz elétrica ou água encanada, para manter a casa iluminada, utilizava lamparina, quando conseguia ir na cidade comprar querosene, a água que abastecia a casa, era retirada das fontes e poços.

Minha família como muitas outras da aldeia, viviam basicamente da caça e da pesca, era rotina ir ao mangue quase que diariamente. Não tínhamos geladeira ou outra forma de armazenar os alimentos, então tudo que era coletado deveria ser consumido em poucos dias.

Íamos todos mariscar no mangue, enquanto meus irmãos iam pescar e catar caranguejo, mamãe ia tirar ameixa, lembro dela agachada, enfiando o facão na lama, tentando sentir a concha com a ponta do facão, quando ouvia o barulho que o facão fazia ao bater nas conchas, ela enfiava o braço todo na lama, quando tirava, a mão vinha cheia de ameixas. Repetia esse processo várias vezes até conseguir o suficiente para alimentar sua família naquele dia.

Na hora de ir embora, os samburás vinham cheios: um com ameixa e sururu; outro com caranguejo e aratu; meus irmãos com uma fiadura cheinha de peixes; papai cortava uns cabos de ostra que trazia nas costas, amarrados por um pano, como se fossem lenha. Era um tempo muito bom, de muita fartura, o mangue sempre dava o alimento que precisávamos nunca voltamos para casa de mãos vazias. As crianças sempre acompanhavam os pais, aprendiam na prática a forma de pescar e onde

encontrar cada marisco, mas, a maior parte do tempo tomava banho no Rio Piraqueaçu e comiam mariscos assados na brasa, bem ali mesmo na beirada do mangue.

Quando chegava em casa, mamãe lavava todos os mariscos, em uma panela grande cozinhava-se a ameixa, nesse processo, a concha abria facilmente, desprendendo o marisco da casca, depois de cozida na água e sal, fazia a moqueca e com o caldo que sobrava, se colocava limão, ora se bebia o caldo, ora fazia pirão branco com farinha de mandioca, o mesmo era feito com o sururu. Para assar os cabos de ostra, papai fazia uma fogueira, íamos assando e comendo. Os peixes, mamãe limpava e muquenhava, sempre tivemos fogão a lenha em casa, depois de limpos, mamãe colocava em cima do fogão numa espécie de varal cheia de peixes, ficava a noite toda o fogão aceso, onde aquela fumaça ia moquenhando lentamente, após alguns dias, estavam prontinhos para comer.

Naquela época, não tinha escola para os pequeninos, pelo menos não na aldeia, então esta primeira infância, era vivida totalmente na família, as crianças participavam de toda a rotina da casa e aprendia na prática todas as tarefas feitas pelo adulto. Papai nos acordava cedo para ir para a roça, andávamos cerca de 2km de ida e volta, ficávamos o dia todo no roçado. Era plantado de tudo um pouco como: aipim, mandioca, milho, feijão, batata doce, sempre observando as fases da lua. Muitas vezes, cansados, querendo voltar para casa, no momento do plantio, jogava-se uma quantidade maior de sementes na cova para acabar logo, quando papai descobria, fazia a gente desenterrar tudo e colocar somente o necessário. As vezes passávamos o dia todo na roça, para garantir o almoço, colocávamos armadilhas para pegar perdiz, lá mesmo se limpava e assava na brasa. Na roça tinha muitas frutas tais como: gabioba, araçá, goiaba, maracujá do mato e outras.

Na época das colheitas, era o momento mais aguardado: o feijão, depois de colhido, era batido com uma vara para que os caroços se soltassem, depois, separava o que seria plantado, o que seria consumido era armazenado em sacos. O milho era separado uma parte para assar, cozinhar, fazer pamonha e papa, a outra parte deixava no sol secando para depois ser debulhado para ser utilizado de alimentos

para as galinhas e outros animais, o que seria plantado para a próxima colheita também era separado.

Quando nossas terras foram roubadas, foi uma época muito difícil, ficamos ilhados a uma floresta de eucalipto, uma grande parte da mata foi derrubada para o plantio do eucalipto, foi uma época muito triste pois não podíamos entrar no eucalipto nem para pegar lenha e muito menos caçar, fomos obrigados a mudar a maneira de viver.

Minha mãe teve que procurar serviço como lavadeira de roupa no bairro vizinho, tinha dias que trabalhava em duas ou três casas, era muito triste ver minha mãe sair bem cedo e andar a pé três quilômetros de ida e três de volta, foi um período muito dolorido. Muitas vezes não tínhamos o que comer e ficávamos esperando-a chegar para nos alimentar, a comida que ganhava para almoçar, deixava de comer para trazer para os filhos, quando a fome apertava íamos encontra-la no caminho, de longe ao avistarmos um ponto branco, saíamos correndo para encontrá-la. Mamãe fazia uma rudia com um pano e colocava na cabeça, dessa forma equilibrava facilmente qualquer coisa, feixes de lenha, sacola, bacia e balde, andava sem precisar segurar, somente equilibrando na cabeça, dessa forma conseguíamos vê-la de longe.

Quando papai não estava trabalhando, ficava responsável pela comida, ele fazia um caldo de fruta pão, depois de cozinhar, ralava com um ralador feito de lata de óleo, depois coloca bastante pimenta do reino e esse era nosso almoço, as vezes ficávamos enjoados, fruta pão cozido no café da manhã, sopa de fruta pão, depois dessa fase, nunca mais comi fruta pão, pois me lembra uma parte não muito feliz da minha infância. Com isso minhas queridas, quero mostrar que devemos ser gratos por tudo que temos hoje, graças a Deus que essas dificuldades ficaram para trás.

Outro ponto que lembro da minha infância, era sobre o plantio do eucalipto, na época, éramos crianças e inocentes, não entendíamos a gravidade da situação. Quando a então Aracruz Celulose roubou nossas terras, começaram com a monocultura de eucalipto, me lembro que íamos até o local onde estavam trabalhando e ficávamos por um grande período observando.

Lá era compartilhado conosco, algumas refeições que os trabalhadores comiam, ganhávamos sacolinhas de lanche com sanduiche, suco, iogurte e uma fruta, era a maior alegria. Na hora do almoço as vezes ganhávamos marmita, lavava tudo para casa e mamãe dividia com todos os filhos, ficávamos felizes quando recebíamos os alimentos, nesse momento a fome falava mais alto.

Hoje me recordo com muita tristeza e parece que estou vendo tudo isso, na época tiraram nossas terras, plantaram eucalipto e nos proibia até mesmo de entrar para pegar lenha e nós crianças sem entender a gravidade da situação e de todos os impactos que tudo isso trazia.

Com plantação de eucalipto, muitos animais foram desaparecendo, tornando cada vez mais escasso, já não tinha a mata para eles viverem, as nascentes secaram, tornando o solo cada vez mais seco, pois o eucalipto com suas raízes profundas, conseguia chegar nos mais profundos lençóis de água.

Tenho poucas memórias dessa parte da minha escolarização, não me lembro se frequentei a pré escola, ou talvez as memórias não são muito boas. A escola exigia uma realidade, muito diferente da que vivíamos, roupas, calçados, materiais escolares, sofriamos discriminação por nosso modo de vida e muitas vezes não entendíamos o porquê de tudo isso.

Depois de passar a noite dormindo sob a claridade do fogo que ficava aceso a noite toda, a fumaça ficava toda impregnada nos cabelos e roupas, acordávamos, pegava a sacolinha de arroz, com um caderno, um pedaço de lápis e um pedacinho de gilete preso em uma caneta. A professora sempre falava, nossa que fedor de fumaça, vocês não tomaram banho? Cabelo fedorento, da próxima vez quem vier descalço não vai entrar, eu acho que ganhei um calçado quando tinha uns 12 anos e as roupas nem lembro se ganhei alguma nova, sempre ia passando de um para o outro.

Mamãe ganhava umas roupas nas casas que ela lavava roupa e trazia para nós, se era muito grande, amarrava uma imbira e fazia dar. Eu tinha um cabelo muito grande, que batia nas costas, na minha infância nunca usei shampoo, pasta de dente, da mesma forma, colocava a cinza nos dedos e passava nos dentes. As professoras não

indígenas, não gostavam nem de chegar perto, pois éramos sujos e fedíamos a fumaça, do ponto de vista dela, mas sujos não, tomávamos banho todo dia no Piraqueaçu, e em outras fontes de água ou quando íamos buscar água para beber, fazer comidas e outras coisas.

Lembro que nos tratavam mal, tinha uma régua grande na mesa da professora, que sempre batia na mão de algum aluno que não fazia o que ela queria, as vezes ficávamos de costas para a turma e de frente para a parede, um castigo que considero muito triste, colocar a criança de joelho nos caroços de milho. A atividade realizada em uma cartilha, na maioria das vezes, não fazia sentido algum, essas atividades traziam figuras que nem sabíamos o que era, nada fazia sentido, não tenho boas recordações desse tempo de escola.

1. INTRODUÇÃO - CONTINUANDO A CAMINHADA

Diante do longo e doloroso processo de colonização que o povo Tupinikim viveu e vivencia até os dias atuais, muitos aspectos culturais se perderam. Dentre essas perdas, a que mais impactou o modo de viver do povo Tupinikim, foi a perda do território. Na década de 60 com a chegada da Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), aconteceu o primeiro grande impacto na vida do povo, onde a empresa se apropriou das terras indígenas, derrubando toda a mata nativa para fabricar carvão. Nessa mesma década, a COFAVI “vende” para a empresa Aracruz, a terra usurpada dos indígenas, no ano de 1967 a empresa se instala no município plantando eucalipto para fabricação de celulose.

O território anteriormente coberto por matas nativas, agora vira uma grande monocultura de eucalipto, degradando o solo e acabando com diversas espécies de animais. Os indígenas se veem ilhados em meio a essa grande monocultura de eucalipto. Diante desse contexto devastador, o Povo Tupinikim busca mais uma vez, novas formas de resistir, lutando para manter preservada sua cultura. Um povo que tinha como forma de subsistência a caça, a pesca, o plantio de roças, se vê proibido de desenvolver essas práticas, pois com a quase extinção das matas, as caças desapareceram.

O povo Tupinikim, compreendeu que através da Educação, poderiam fortalecer a identidade cultural do povo, resgatando costumes e valores. A partir daí, dá início a uma série de discussões acerca da Educação Escolar Indígena que queremos, surgem algumas indagações importantes: Que educação queremos para nossas crianças? O que seria trabalhado na escola? O que seria importante que nossas crianças soubessem, para conviverem fora da aldeia? Essa educação iria preparar os alunos para disputar nas universidades, mercado de trabalho e outros? Que conhecimentos são importantes para enfrentarem a discriminação e o preconceito? Como seria a participação dos anciãos, lideranças e comunidade?

Após muitas reuniões, ficou evidente que a educação que queremos, não era esta que estava posta, com professores não indígenas que discriminavam nossas

crianças, queríamos uma escola, que trabalhasse somente o conhecimento ocidental, mas também a cultura, as danças, artesanatos, a comida tradicional, as brincadeiras, a organização social e política, costumes e tradições, ou seja o modo de vida do povo.

Nesse cenário, este Trabalho de Conclusão de curso intitulado “Vivências e memórias da educação escolar indígena do povo Tupinikim da aldeia de Caieiras Velha”, vai contar um pouco como aconteceu a construção da Educação Escolar Indígena, sob o ponto de vista de uma educadora indígena que vive na aldeia de Caieiras Velha que está localizada no município de Aracruz, aproximadamente a 20 km da sede, no Estado do Espírito Santo,

Desse modo, este trabalho de conclusão de curso (TCC) se interessa pela seguinte **questão de pesquisa**: De que modo a trajetória das vivências e memórias de uma educadora indígena do povo Tupinikim da Aldeia de Caieiras Velha potencializa a educação escolar indígena na atualidade, de forma política, ética, estética e pedagógica?

Nesse sentido, este TCC tem como **objetivo geral** descrever a trajetória das vivências e memórias de uma educadora indígena do povo Tupinikim da Aldeia de Caieiras Velha e suas potencialidades para a educação escolar indígena na atualidade. Assim, foram **objetivos específicos**: registrar por meio de cartas pedagógicas as vivências e memórias de uma educadora indígena e conhecer as vivências e memórias de educadoras indígenas que participaram da construção do projeto da educação escolar indígena.

Para contemplar os objetivos usamos como inspiração a metodologia da pesquisa narrativa (RAMOS, 2018, 2021; GONZALEZ e RAMOS 2021) com aproximações com uma liberdade e licença poética, estética, política, ética e pedagógica (FREIRE, 2009 2014a, 2014b; KRENAK, 2020) no caminho da pesquisa narrativa que:

No tocante às alternativas presentes na literatura, o uso das narrativas tem se apresentado como uma estratégia para os cursos de formação de professores e para o desenvolvimento profissional. Alguns gêneros são mais comuns, quando presentes na maneira como essa narrativa se expressa, dentre os quais podemos destacar os diários de aula, as notas de campo, os memoriais, as cartas pedagógicas, os ateliês

biográficos, as entrevistas narrativas e outros (CABRAL e SOUZA, 2015, p. 149)

Assim, este trabalho de conclusão de curso da Licenciatura Intercultural Indígena, foi preparado no formato de memorial descritivo usando cartas pedagógicas como procedimento metodológico na pesquisa narrativa, sendo assim entendo que o

O memorial é um texto em que o autor relata a própria história de vida, evidenciando fatos que considera mais relevantes no decorrer de sua existência. O Memorial de formação é um dos modos de expressão de narrativas autobiográficas que se generaliza no Brasil, a partir dos anos 1990, seja como trabalho de conclusão de curso (TCC), seja como prática reflexiva no contexto institucional de formação de professores [...] (SOUZA e CABRAL, 2015, p. 153)

Desse modo, com o memorial descritivo escrito por meio de cartas pedagógicas o “sujeito aciona seus conhecimentos, crenças, valores, alegrias e tristezas, decepções e conquistas e expõe sua identidade, fruto de diferentes contextos, os quais se entrelaçam numa sucessão do tempo” (CABRAL e SOUZA, 2015, p. 153), pois as memórias

inserem-se, assim, nas abordagens (auto)biográficas de formação-investigação; o foco que trazem à tona são as histórias de vida e/ou que focalizam diferentes aspectos da trajetória do narrado. (CABRAL e SOUZA, 2015, p. 153)

Nesse caminhar com a pesquisa narrativa utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos para a produção e dados: diário de campo, memorial descritivo produzido por meio de cartas pedagógicas, imagens, narrativas, fotografias, além disso, por causa da pandemia usaremos diário de campo digital com o uso dos aplicativos de celular como o WhatsApp para o envio e recebimentos de áudios, imagens e narrativas referente a pesquisa. Usamos também o google Meet para encontros e reuniões de orientação do trabalho de conclusão de curso e Drive do google para armazenamento dos materiais referente a pesquisa.

A pesquisa aconteceu na Aldeia Indígena de Caieiras Velha no município de Aracruz, ES. Os sujeitos envolvidos no estudo e sujeitos da pesquisa e também da história foi a autora deste estudo da Aldeia de Caieiras Velha e uma professora de uma escola

indígena da Aldeia de Irajá. O período para produção de dados da pesquisa aconteceu nos anos de 2020, 2021 e 2022. A pesquisa narrativa foi desenvolvida nas seguintes etapas para a produção de dados: Primeira etapa: Escrita de uma Carta pedagógica sobre a infância (antepassados) para minhas filhas e netas; Segunda etapa: Escrita de uma Carta pedagógica sobre os primeiros passos da educação escolar indígena na aldeia de Caieiras Velha. Terceira etapa: Escrita de uma Carta pedagógica sobre o magistério indígena no ensino médio na aldeia de Caieiras Velha. Quarta etapa: Escrita da Carta da professora indígena Marli Santos. Quinta etapa: Escrita da Carta sobre a graduação/Prolind.

2. CARTA SOBRE OS PRIMEIROS PASSOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA ALDEIA DE CAIEIRAS VELHA

CARTA PARA AS EDUCADORAS E EDUCADORES INDÍGENAS

Prezados/as educadores/as, trago aqui um pouco da Educação em nossa aldeia, foram muitos anos nesse processo de luta, tentarei fazer um breve histórico.

A educação escolar indígena, diferentemente da educação ocidental, tem o seu percurso diferenciado, por se tratar de uma educação com características próprias de ensino e aprendizagem, organização social e familiar, bem como seu modo de viver. Cada povo tem autonomia para criá-la à sua maneira, pois, diante da grande diversidade cultural, não há um modelo de educação escolar indígena que possa atender a todos os povos indígenas do Brasil, uma vez que todos possuem a sua especificidade.

A educação ocidental não atendia ao anseio dos povos indígenas uma vez que trazia a segregação e assimilação como pano de fundo. Professores e professoras de diversas esferas: municipal, estadual e federal, a maioria sem nenhuma sensibilidade ou entendimento sobre povos indígenas, trazendo muitas vezes consigo, uma bagagem de preconceito e discriminação.

Os povos indígenas acostumados com a educação indígena, onde todo conhecimento e aprendizagem se dá na convivência do núcleo familiar, seja no momento de fazer o roçado, coleta de frutos, pesca, caça, nos momentos das danças e músicas, confecção de artesanatos, nas lutas e reivindicações da comunidade, precisávamos então, transformar a educação indígena, em educação escolar indígena, para que todo esse conhecimento passado nos momentos de danças do tambor, nas fogueiras com contação de histórias, lendas, mitos, fossem também para as escolas, onde a criança, conhecendo sua história, poderia se defender de todo preconceito e discriminação, onde o foco principal dessa educação, seria o fortalecimento da identidade cultural.

Então surgiu a grande necessidade de criar um novo modelo de educação, pois o que estava posto não atendia, assim iniciou-se o processo de discussão e construção de um projeto de uma educação diferenciada, respeitando a especificidade de cada povo, bem como a particularidade de cada aldeia.

A minha caminhada na Educação Escolar Indígena começa muito cedo, quando ainda era muito jovem, dessa forma, minha vida e este projeto estão sempre interligados uma perpassando no outro a todo momento, este projeto, virou também um projeto de vida. Lembro-me quando tinha apenas 16 anos, meu irmão Lauro Martins, uma liderança muito importante na Aldeia de Caieiras Velha, me chamou para ir à casa de seu Olindo Sezinando, outra liderança tão importante quanto.

Na época, ele me disse que uma Organização Não Governamental estava na aldeia para discutir alguns projetos, mais tarde fiquei sabendo que se tratava da Pastoral Indigenista, coordenada pela irmã Ângela Tortorella (*im memorian*). Então fui, para ouvir a conversa de gente grande. Lembro de seu Olindo falando sobre suas angústias, dizia ele:

— *As crianças não gostam de ir para a escola, as professoras brancas, não gostam de chegar perto delas, pois dizem que cheiram a fumaça, andam descalças e tem piolhos. As crianças ficam muito tristes e desanimadas de ir para a escola, querem que as crianças estejam calçadas e uniformizadas, isso não é costume do nosso povo,* lamentou ele.

— *Tudo que é ensinado nesta escola, é coisa de branco, eu tenho um sonho que um dia teremos uma escola indígena, onde o próprio índio vai trabalhar com as crianças indígenas, respeitando sua cultura, ensinando a dança de congo, os artesanatos feitos pelos nossos pais, as plantações, colheitas, caças e pescas, que fale da vida no nosso povo.*

Diante dessas narrativas, a Pastoral Indigenista sensibilizada com a situação, se colocou à disposição para buscar parcerias para a construção de uma educação escolar indígena diferenciada, com educadores/as e estudantes indígenas onde a

comunidade participaria da construção desse projeto, e que no futuro, essa escola indígena atenderia todos os anseios da comunidade.

No ano de 1994, foi criado o Núcleo Interinstitucional de Saúde Indígena (NISI), nesse núcleo, foram criados dois subnúcleos: Agricultura e Educação. Participaram vários órgãos governamentais, não governamentais, Secretaria Municipal de Educação de Aracruz (SEMED), Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo (SEDU), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e os indígenas. Ainda neste mesmo ano, sob a coordenação da pastoral Indigenista e com o IDEA, como formador, 20 Educadores e Educadoras foram indicados pela comunidade, para participarem de uma formação para professores com o objetivo de trabalhar com jovens e adultos. Eu e mais 2 colegas, Leila Carlos Barbosa e Maria Verônica Cezenandes, fomos indicadas por nossa comunidade, uma delas, a educadora Leila Carlos Barbosa, ainda está nessa caminhada.

Enquanto o Magistério Indígena não acontecia, concomitante a esta formação que acontecia em Ibirapu, começamos a desenvolver algum tipo de projeto na comunidade como corte e costura, artesanatos e outros. Nesse período, trabalhei com bordados em ponto cruz, desenvolvia essa atividade na cabana com um grupo de jovens, dentre as minhas alunas da época, posso citar Adriana que é cursista do Prolind e professora de muitos anos na EMEF Indígena Caieiras Velha. Essa atividade era praticamente voluntária, às vezes recebíamos uma contribuição da Pastoral Indigenista para continuarmos firmes na lida e na luta cotidiana.

Nesse mesmo ano de 1994, agora com 17anos, engravidei, fui mãe solo aos recém completados 18 anos, fiz aniversário no dia 05/02/1995 e minha filha nasceu no dia 06/02/19 95, mesmo grávida participei de todas as discussões, de todas as reuniões bem como as formações que ocorreram em um Seminário de Irmãs Combonianas em Ibirapu, município próximo de onde morávamos. Essa formação, aconteceu por dois anos 1994 e 1995 ficávamos por três dias, nessa igreja, quase que mensalmente. O apoio que recebíamos das irmãs era maravilhoso, cuidado, amor atenção, muitas vezes elas cuidavam da minha filha para que eu pudesse estudar, davam banho, comida e colocavam para dormir, uma segunda mãe.

Voltando para a elaboração do Magistério Indígena, cada povo, Tupinikim e Guarani, começou a pensar como seria essa Educação Escolar Indígena, onde pudesse garantir o fortalecimento da identidade cultural de cada povo, de modo a atender a realidade de cada um, uma Educação Específica e Diferenciada Intercultural e Bilingue. Iniciou-se então, uma grande mobilização nas aldeias indígenas, com o objetivo de ouvir os caciques, lideranças e a comunidade sobre a Educação Escolar Indígena que sonhavam. Cada cacique, realizou reuniões com o objetivo de ouvir quais eram os anseios suas comunidades.

Após esse momento de escutatória, a Pastoral Indigenista elaborou um documento, com tudo que ouviu nas reuniões, o próximo passo seria a elaboração de um projeto com todas as reivindicações das comunidades, foram muitas reuniões, até chegar ao resultado final. Para a realização desse projeto, houve uma parceria entre os indígenas, alguns órgãos governamentais (Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Municipal de Educação e Fundação Nacional do Índio) e algumas organizações não governamentais (Instituto para o Desenvolvimento e Educação de Adultos, Conselho Indigenista Missionário e Pastoral Indigenista).

3. CARTA SOBRE O MAGISTÉRIO INDÍGENA NO ENSINO MÉDIO NA ALDEIA DE CAIEIRAS VELHA

CARTA PARA AS EDUCADORAS E EDUCADORES INDÍGENAS

Todas as conquistas para os povos indígenas, acontecem com muita luta, com o Projeto de Educação Escolar Indígena Específico e Diferenciado, não poderia ser diferente, desde o momento de sua elaboração, execução e financiamento, muitos desafios foram encontrados.

A exemplo disso, podemos falar sobre a certificação, começamos a fazer o curso, contando com o apoio de vários parceiros, a maioria ONGs, não tinha uma instituição que certificaria esse grupo. Que instituição de ensino, daria um certificado de magistério indígena para uma turma que funcionava numa aldeia e não em uma escola convencional, um curso específico e diferenciado, que em nada lembrava o ensino médio de uma escola regular.

Um curso que acontecia em etapas presenciais em uma aldeia central e outras nas aldeias de cada cursista, com PPP (Projeto Político Pedagógico) e Currículo Diferenciado, um curso onde a participação dos anciãos e caciques como mestres do saber, era mais importante do que um diretor ou pedagogo, onde valorizava acima de tudo, os conhecimentos passados pelos antepassados e não os conhecimentos contidos nos livros das escolas formais.

Então, mesmo sem a certeza de que ao final do curso teríamos um certificado, ou até mesmo que esse curso seria reconhecido pelo órgão competente, em 1996 um grupo de 58 educadores Tupinikim e Guarani, iniciaram o curso de Magistério Indígena Específico e Diferenciado, fomos muito corajosos não acham? Iniciamos um curso que não era reconhecido pela SEDU, tão pouco por uma escola de Ensino Médio que deveria dar o certificado, fizemos todo o curso, às vésperas da formatura, depois muitas articulações, uma escola do município fica responsável por emitir o certificado.

E assim iniciamos o curso de Magistério Indígena em dezembro de 1996, finalizando em outubro de 1999.

Figura 1.



Foto: Arquivo pessoal da autora.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Muitos desafios foram vencidos para que o curso iniciasse, foi um momento de muito aprendizado, mesmo diante das limitações, fomos nos fortalecendo uns nos outros, na tentativa de que todos chegassem ao final do curso. Todos/as os educadores/as foram indicados em reunião realizadas nas comunidades, os mesmos se comprometeram que após a formação, trabalhariam em suas aldeias.

O formato do curso foi pensado em etapas de modo a garantir que todos os/as educadores/as participassem, pois tinha um grupo de pessoas que precisavam trabalhar para o sustento de suas famílias e se fosse um curso regular, muitas pessoas não teriam condições de participar. O curso aconteceu na aldeia de Caieiras Velha, tinha educadores/as Tupinikim desta aldeia e também de outras; Comboios, Pau Brasil, Irajá, bem como das aldeias que são da etnia Guarani como Boa Esperança e Três Palmeiras.

No período de etapa intensiva, que acontecia em janeiro e julho, estudávamos o dia todo, muitas vezes até as 21h, as aulas aconteciam na cabana central da aldeia Caieiras Velha, existia uma grande parceria para dar conta dessa formação, as cozinheiras, bem como quem fazia a limpeza, eram contratadas pelo Município, outras eram pagas pela pastoral indigenista.

Os/as professores/as dormiam em uma casa construída pela pastoral indigenista e eram pagos pelo Estado, toda a alimentação acontecia no centro comunitário feito também pela pastoral indigenista, os/as educadores/as dormiam nas escolas. Tudo era organizado de modo que o curso acontecesse da melhor forma possível e todos pudessem contribuir para o bom funcionamento do trabalho, para isso, criamos grupos organizados por aldeia, cada aldeia escolhia seu coordenador, ficando da seguinte forma: Alzenira – Caieiras Velha, Andrea - Pau Brasil, Marli – Irajá, Antonio Carlos – Comboios, Boa Esperança – Mauro.

A cada etapa, novos coordenadores eram indicados, de modo que todos participassem, a função dessas equipes, era garantir a organização do refeitório, cabana, dormitório, banheiros, área externa e outros.

Figura 2.



Foto: Arquivo pessoal da autora.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 3.



Foto: Arquivo pessoal da autora.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 4.



Foto: Arquivo pessoal da autora.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 5.



Foto: Arquivo pessoal da autora.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

As lideranças desempenhavam um papel fundamental, pois entendiam a grande importância desse projeto para as comunidades indígenas, portanto participavam ativamente, principalmente em reuniões com ONGs e instituições.

Resumindo um pouco, o magistério indígena foi muito importante na minha vida e de todos/as os/as educadores/as, pois trouxe um crescimento intelectual, cultural e humano, nos permitiu ver nossa aldeia de uma outra forma. O objetivo do curso, era trazer como foco principal, o fortalecimento da identidade étnica e o conhecimento de nossa história. Invasão do Brasil, História do povo, ecossistemas da aldeia, fauna, flora, tipos de alimentação, moradia, rios, nascentes, fontes, artesanatos, músicas, danças, mitos, lendas, organização social, tipos de moradia, pesca, caça, brincadeiras entre outros. Como levar tudo isso para a sala de aula?

Para que isso acontecesse, os/as educadores/as deveriam dominar essas problemáticas, não somente o conhecimento que trazíamos de casa, mas atrelar também ao científico. As crianças deveriam conhecer sua realidade, sua história, para poder se defender do preconceito e discriminação, como também conhecer conteúdo do mundo ocidental, para que no futuro, pudessem concorrer/disputar qualquer vaga, seja processos seletivos, seja o mercado de trabalho.

O único dia para descansar, era o domingo, no sábado estudávamos até a hora do almoço, alguns educadores/as iam para suas aldeias e retornavam na segunda feira pela manhã, outros preferiam ficar direto em Caieiras Velha. Para descansar e relaxar um pouco da semana puxada de estudos, algumas vezes íamos no forró no sábado, a pé, andávamos cerca de 10km de ida e volta, lá dançávamos, bebíamos, muita conversa boa, alguns namoros, tempos bons.

Falarei brevemente sobre algumas situações ou aulas realizadas. Lembro de um trabalho que fizemos na aula de ciências naturais, onde foi proposto ao grupo, ir ao manguezal, para tentarmos compreender na prática a composição daquele ecossistema, nesse dia contamos com a participação de uma importante liderança, Dona Helena Coutinho, que pode contribuir com toda a sua vivência do manguezal. Chegando lá, a professora pediu que recolhêssemos as folhas e observasse, para mim tudo era folha do manguezal, não via diferença nenhuma, ela então mostrou na prática, que no nosso manguezal, tinha 3 tipos de árvores e cada uma localizada em uma parte diferente: mangue preto, mangue vermelho e siriba, desse modo, percebemos a diferença no tamanho e cor das folhas. Depois entramos todos no manguezal, alguns educadores/as nunca tinham entrado, pois em sua aldeia não existia e foi um momento muito importante, pois puderam conhecer a realidade de outra aldeia, aprendemos na prática a composição do manguezal.

Para nós, sempre foi cultural falar mariscos, se referindo a ameixas, ostras, sururus, ela deu uma maravilhosa aula, classificando os mariscos, falando da composição do solo, onde cada marisco, agora molusco se concentrava, o sururu, numa parte mais arenosa, a ameixa onde o lama era mais mole, as ostras nas árvores e no fundo do rio, a composição do solo, salinidade, clima e temperatura. Os crustáceos onde ficavam, período de coleta, período de reprodução, tudo interligados, sempre

valorizando o conhecimento que trazíamos de casa, com o conhecimento científico e mostrando que um não deve sobrepor o outro. Após essa maravilhosa aula, as mulheres foram tirar sururu, os homens foram pegar caranguejo e antes de voltar para cabana (nossa sala de aula), tomamos um refrescante banho no Rio Piraqueçu.

Nesse dia fiquei sabendo que a casaca, era feito de uma madeira chamada tagibibuia, que fica às margens do manguezal e o tambor, era feito da madeira chamada siriba, encontrada dentro do manguezal, ambos instrumentos musicais confeccionados pelos indígenas Tupinikim e utilizado nas danças tradicionais e rituais.

Nos outros dias de aula, fomos sistematizar todo esse conhecimento, falar da experiência da visita, qual a importância do manguezal para o povo, tudo isso foi se transformando currículo, ora praticado, ora escrito, ora idealizado, outras disciplinas se juntavam para aprofundar esse conteúdo, a matemática trabalhando com medidas padronizadas (dúzias, kilos) e não padronizadas (1 litro de sururu, uma quarta de ameixa); a geografia tratou da localização do manguezal, extensão, rios, afluentes (chamados por nós de braço do rio); a história veio trazendo a importância do rio Piraqueçu, fazendo um paralelo lá com o passado, quando nosso porto era utilizado ponto de comércio; a língua portuguesa nos trouxe a importância de registrar a história do manguezal, desde os nossos antepassados, trazendo vários gêneros textuais, a importância de cada um bem como sua utilização; a educação física veio mostrar os esportes que podemos desenvolver no rio, como a natação e a canoagem e a artes nos proporcionou conhecer os artesanatos que também são os instrumentos musicais como a casaca e o tambor e a forma de confeccionar.

Figura 6.



Foto: Arquivo pessoal da autora.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 7.



Foto: Arquivo pessoal da autora.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 8.



Foto: Arquivo pessoal da autora.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 9.



Foto: Arquivo pessoal da autora.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Outras aulas aconteceram de forma parecida, fomos na mata e no eucaliptal para identificar a biodiversidade de cada espaço, coletando materiais, para fazer comparações, aprendemos a fazer exsiccatas, sempre partindo do conhecimento empírico para o científico e vice-versa, e que podemos aprender ciência e biologia na própria aldeia e essa aprendizagem fazia sentido, pois partia do conhecimento que já se tinha, e não apenas de livros, que não nos representaria. As aulas aconteciam de forma contextualizada, tendo como ponto de partida a pesquisa.

Uma curiosidade interessante, foi quando fomos na mata com um ancião, fomos aprender sobre o manuseio do cipó, inicialmente, ele deu toda uma explicação sobre o respeito ao entrar na mata, disse que quando saíam para caçar, deixavam fumo em algum toco, para que a caipora não os deixasse perdidos, disse também que para retirar o cipó, tem que chegar em silêncio e puxar de uma só vez, sem que a mãe do cipó acorde, se acordá-la, não seria possível retirá-lo.

Foram momentos de muito aprendizado, partindo sempre da pesquisa, aprendendo para depois ensinar, aprendemos a fazer peneira, panela de barro, zarabatana, peteca e outros, valorizando sempre o conhecimento dos mais velhos.

Figura 10.



Foto: Arquivo pessoal da autora.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 11.



Foto: Arquivo pessoal da autora.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

MUDANÇA DO CURSO PARA A ALDEIA DE PAU BRASIL

Lembram da tragédia que vivenciamos no ano de 1998? Que pesadelo, me lembro como se fosse hoje, estava em casa, quando de repente começou um grande temporal, com ventos fortes, relâmpagos e trovões. Ouvei um barulho muito alto, quando olho pela janela, metade do telhado da casa dos meus pais tinham voado com o vento, muitas árvores caídas, os fios de energia elétrica, ficavam pipocando no chão.

Nesse momento só lembrei da minha filha que estava na creche, peguei um cobertor e sai correndo naquele temporal, pedindo a Deus que protegesse minha filha, só pensava em pega-la. Parecia que fiquei adormecida, me lembro de muita gente nas ruas, gritando, chorando e eu apenas olhava sem nenhuma reação. Ao chegar no CMEII, metade do prédio estava no chão, foi um desespero, as crianças chorando, os

funcionários tentando protegê-las, acalma-las, muitas pessoas da comunidade tentando retirar as pessoas que estavam em baixo dos escombros, que cena triste.

Quando consegui localizar a minha filha, enrolei ela no cobertor e voltei correndo para casa, o desespero foi tão grande que esqueci da minha irmã que trabalhava lá, quando chegando em casa meus pais perguntaram dela, nesse momento que lembrei. Mais tarde, quando estava mais calma, retornei no local e constatei, que apesar da gravidade, não houve vítimas fatais. A aldeia ficou bem destruída, casas caíram, muitas casas destelhadas, muitas árvores no chão, um pesadelo.

Diante desse contexto, o curso teve que ser transferido para a aldeia de Pau Brasil pois não teria o local para os educadores dormirem e o Centro Comunitário que funcionava como cozinha e refeitório do curso, foi cedido temporariamente para funcionar o CMEI Indígena Caieiras Velha (Creche). O curso funcionou em Pau Brasil em 1998 até a formatura, dezembro de 1999.

Figura 12.



Foto: Arquivo pessoal da autora.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 13.



Foto: Arquivo pessoal da autora.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 14.



Foto: Arquivo pessoal da autora.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Assim, esse curso trouxe uma responsabilidade muito grande para os/as educadores/as, o cacique e liderança. Sempre fomos incentivados a nos expressar, mostrar o que entendemos sem medo de errar ou acertar, somos produtores de conhecimento.

Apesar de muitas lutas, foi um tempo muito bom, de crescimento e amadurecimento. Infelizmente durante o processo, diante das limitações, muitos/as educadores/as ficaram no caminho, como poderiam ficar um mês ou quinze dias estudando direto, sem poder trabalhar e cuidar da família. Se tentou de algumas formas ajudar essas pessoas, com uma ajuda de custo, doada pela pastoral, para que pudessem se manter, em alguns casos funcionou, mas, infelizmente em outros não foi possível, pois alguns educadores/as, não conseguiam ser liberados do trabalho. Nesse período de curso muitas amizades se formaram, casais e muitos filhos, frutos do magistério indígena. Quando os bebês nasciam, as mães levavam junto para estudar e todos ajudavam a cuidar, cursistas, professores, as irmãs. Era um grupo muito unido, um fortalecendo o outro.

Outros frutos da Educação Escolar Indígena são a elaboração e publicação de 3 materiais didáticos: Memória Oral, Os Tupinikim e Guarani Contam e Os Tupinikim e Guarani na luta pela Terra.

Figura 15.

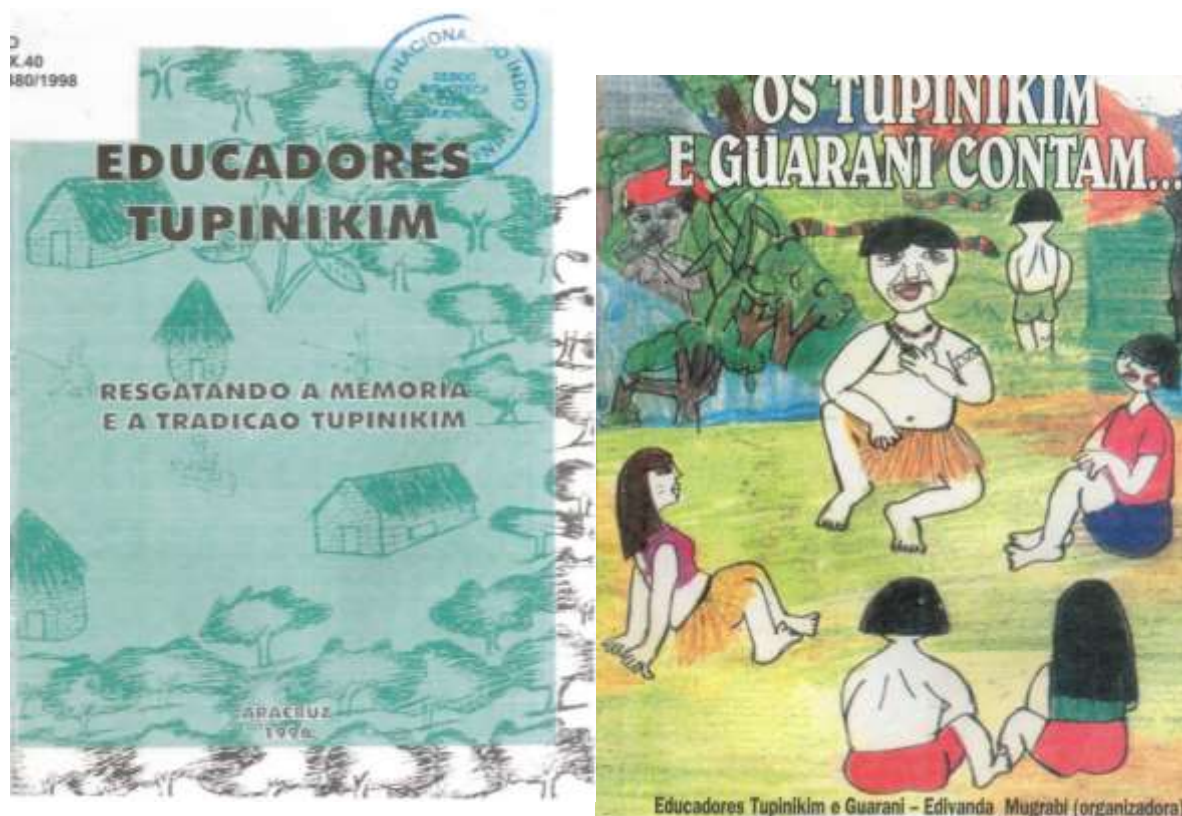


Foto: Arquivo pessoal da autora.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 16.

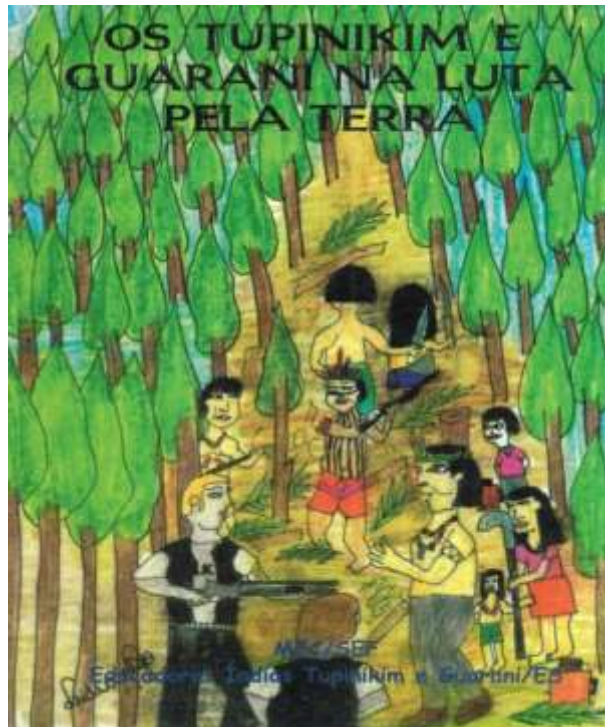


Foto: Arquivo pessoal da autora.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

DEMARCAÇÃO DE TERRAS

Em março de 1998 aconteceu a 2ª Demarcação das Terras, nesse momento a sala de aula mudou de lugar, ao invés de estudarmos na cabana central da comunidade, íamos para a demarcação. Acordávamos de madrugada, participamos ativamente de todo esse processo de luta, acompanhamos as reuniões que aconteceram em campo e desse momento de luta, nasceu o livro “A luta pela terra” onde contamos todo o processo de demarcação das terras, bem como a participação dos educadores de cada aldeia.

FORMATURA

O momento da formatura foi muito importante e especial, momento muito aguardado, reunimos todos em uma aldeia, com a participação de todas as comunidades, caciques, lideranças, autoridades locais como Pastoral Indigenista, CIMI, FUNAI, Prefeitura, Governo Estadual, UFES e outros, todos que de alguma forma contribuíram direta ou indiretamente com a realização desse projeto.

A alegria era muito grande pois não se tratava apenas da conclusão de um simples magistério e sim a luta de dois povos, a realização de um sonho. Vestimos nossas melhores roupas e adornos, tanga, colar, cocar e nossa pintura corporal, nas mesas, batata doce, aipim, milho verde, banana da terra, melancia, banana e muito coaba/cauim. Aconteceu no pátio central da aldeia de Pau Brasil, todas as aldeias foram convidadas para celebrar essa grande conquista para os povos Tupinikim e Guarani. Neste dia, ficamos sentados em lugar de destaque, éramos as estrelas, quando a oradora da turma Andrea Cristina Almeida, começou a falar, tantas memórias vinham à tona, momentos felizes, tristes, momentos que víamos nossos companheiros ficarem no caminho e não podermos fazer nada, momentos de adiar etapas do curso por falta de recursos.

No momento em que nossos nomes eram chamados para pegar o canudo, a emoção tomava conta de cada um, um sentimento muito forte de luta e perseverança, pois só nós sabemos por tudo que tivemos que passar para chegar até aqui. Com o sentimento de dever cumprido, pudemos dizer, vencemos!!

Figura 17.



Foto: Arquivo pessoal da autora.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 18.



Foto: Arquivo pessoal da autora.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 19.



Foto: Arquivo pessoal da autora.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 20.



Foto: Arquivo pessoal da autora.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 21.



Foto: Arquivo pessoal da autora.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 22.



Foto: Arquivo pessoal da autora.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 23.



Foto: Arquivo pessoal da autora.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

CONCURSO PÚBLICO

Falarei um pouquinho de como se deu o Concurso Público, após a conclusão do Magistério Indígena em 1999, com 37 educadores/as diplomados, o município de Aracruz realiza no final do ano 2000, o primeiro Concurso Público Específico e Diferenciado Municipal, para que os/as educadores/as enfim assumissem a educação escolar indígena de sua aldeia.

O concurso foi diferenciado, contendo questões específicas, foi elaborado pelo grupo de professores/as que trabalharam no Magistério Indígena. Apesar da prova do concurso público, ter sido elaborada de uma forma diferenciada, a prefeitura contratou uma empresa para realizá-lo, seguindo todo o protocolo. Infelizmente, devido a questões de logística, os/as educadores/as de Comboios, não conseguiram chegar a tempo no local, ficando então impossibilitados de fazer o concurso, até o momento, não existe nenhum professor/a concursado nessa aldeia, dificultando outras situações, como por exemplo a função de diretor.

No concurso público, passaram apenas 13 educadores/as: 6 de Caieiras Velha (Alzenira, Cristina Pajehú, Josias, Leila, Lucenilda e Marciana), 3 de Pau Brasil (Andrea Cristina, Kátia Cilene e Marília), 2 de Irajá (Gilmar e Marli) e 2 de Boa Esperança (Aciara e Mauro). Esses/as educadores/as assumiram no ano de 2001 gradativamente as salas de aula da Educação Infantil a 5ª série, em suas aldeias, em Comboios, a prefeitura garantiu os contratos.

Não foi muito fácil para esses/as educadores/as, assumirem essas escolas, infelizmente parte da comunidade de Caieiras Velha, não aprovava o curso de magistério indígena, não procuraram conhecer e muito menos fazer parte, construir, desdenhavam o curso dizendo que os/as educadores/as não tinham capacidade, valorizando os/as professores/as não indígenas.

Foi um momento muito triste para nós educadores pois tivemos que vivenciar este conflito a comunidade. Com a chamada dos/as educadores/as indígenas para assumir as vagas, do Concurso Público (primeiro do Brasil a nível municipal), alguns professores/as não indígenas se recusaram a sair da escola, pois sentiam-se fortalecidos e amparados por um grupo da comunidade.

Muitas vezes esse embate era direto, ouvimos pessoas da comunidade nos chamavam de burros e que não tínhamos capacidade para assumir uma sala de aula, ameaçavam tirar seus/as filhos/as da escola da aldeia caso assumíssemos, foi um tempo muito difícil, fomos muito humilhados. Essa parcela da comunidade não esteve presente e não sabe o que passamos para concluir esse curso, não sabe quantos colegas gostariam de finalizar e não foi possível, quanta dedicação, quanto aprendizado.

Cada educador/a que passou por esse curso, sabe das dificuldades enfrentadas, nosso trabalho, não se resumia apenas no período que estávamos estudando, desempenhávamos outros papéis. Hoje muitos colegas delimitam seu tempo de educador, a aquelas horas que são remunerados para isso, não colegas educadores, nosso tempo não se resumia dessa forma, participávamos de outros momentos fora da sala de aula. Me lembro sobre a construção da cabana pequena, na época sob a coordenação do cacique José Luiz Francisco Ramos, ajudamos nessa tarefa, os homens cortavam a palha e a madeira, e as mulheres descascavam a madeira e abriam as palhas, muitas vezes ficávamos até tarde da noite, ajudamos do início ao fim.

Em outro momento assumimos toda a organização juntamente com o cacique e a Associação Indígena Tupinikim e Guarani – AITG, da semana dos Povos Indígenas em abril, montamos um restaurante de comidas tradicionais, para isso fomos ao mangue coletar tudo que serviríamos. Ficamos responsáveis por organizar as apresentações, receber os visitantes, limpeza do pátio entre outros. Ao final da festa, todo o lucro foi entregue para cacique, para custear os gastos do evento.

Sempre desempenhamos um papel muito além de um educador/a indígena e quando parte da comunidade não reconhecia, preferindo os não indígenas para estarem com

seus filhos, foi muito triste, mas com muita luta, conseguimos assumir esse espaço destinado a nós. Então, desde 2001, estamos nas salas de aula, inicialmente 6, depois 10, hoje somos mais de 30 educadores/as indígenas na aldeia de Caieiras Velha entre efetivos e contratados, desempenhando as mais variadas funções pedagógicas dentro de uma escola, regência, pedagogo e diretor.

4. CARTA DA PROFESSORA INDÍGENA MARLI SANTOS

CARTA PEDAGÓGICA À ALZENIRA

Aldeia Irajá – Aracruz/ES, 12 de novembro de 2022.

Querida Alzenira, minhas saudações!

Início esta carta, dita pedagógica, com muita satisfação e grande alegria por ter sido uma das escolhidas a fazer esse registro para tão sonhado projeto, que no momento é pessoal, somente seu, mas que no coração é coletivo, é de um povo ou de dois povos deste estado do Espírito Santo, o Tupinikim e Guarani.

Sei que aqui não só irão escritos o que aconteceu nesse processo de conquista do Educação Escolar Indígena, projeto educacional diferenciado para os povos Tupinikim e Guarani, mas marcas vivas, de vida, de amizade.

Eu sei que não preciso me apresentar, porque somos conhecidas o suficiente na vida profissional quanto na vida pessoal. Afinal de conta, nós temos marcas de vivências em temos e espaços diferentes.

Mas quero aqui confessar que foi nesse Projeto de Educação Escolar Indígena que nos conhecemos a ponto de sermos confundidas devido o nosso físico, porém diferente em nossa personalidade.

Como eu disse anteriormente, tudo começou em 1995, no início do projeto de Educação Escolar Indígena, na Formação dos 18 Educadores Indígenas, no Seminário em Ibiraçu.

Que tempo foi aquele? Confesso que todas as vezes que lembro, me emociono porque foi nesse espaço formativo que começamos a constituir esse grupo de garra, que sobrevive até hoje. Destaco, que foi a partir daqui que todas discussões de formações para

educadores atuarem nas escolas das aldeias com jovens e adultos e com crianças, iniciou com os caciques e lideranças das aldeias indígenas Tupinikim e Guarani e esse grupo de 18 educadores, das diferentes aldeias (Caeiras Velha, Comboios, Pau Brasil, Irajá) com diferentes graus de instruções (formações) e com intuito de avançar as discussões sobre um ensino diferenciado com aulas específicas e pesquisas nas comunidades para atuar com vontade, amor em espaços educativos na aldeias. Digo espaços formativos porque começamos com os adultos, nos projetos de corte e costura... projetos proporcionados pela Pastoral Indigenista.

Lembro com carinho e destaque a importância da Pastoral Indigenista, órgão não governamental em nas aldeias indígenas Tupinikim. Um órgão ligado à Igreja Católica, que foi responsável, na pessoa de Irmã Ângela (a precursora e que nos deixou no ano de 2020). Ela sempre acreditou nesse projeto educacional e se empenhou o máximo para ajudar e fazer acontecer. Foi batendo de porta em porta das instituições governamentais, SEDU e SEMED, até que houve uma possibilidade de conversa para um ajustamento e tentativa de um projeto digamos piloto, diferenciado nas aldeias.

Aqui guardamos muitas lembranças das conquistas, mas do quanto foi desafiador investir em pessoas para fazer um projeto acontecer. Hoje, nos traz alegria que pudemos viver cada minuto e aprender para então fazer. Nessas formações tínhamos a tarefa de trazer os conhecimentos de nossa vida diária e sobretudo de nossos familiares, anciãos e de nossa comunidade para que estudássemos e alcançássemos o grau de instrução para então transpor o conhecimento de forma didática e pedagógica nos espaços formativos para os nossos alunos que eram jovens e adultos.

Já com algumas pessoas sensibilizadas no órgão governamental, a Sedu, eram feitos encontros de planejamentos, visitas a salas de aulas para então discussão e melhoria do trabalho pedagógico. Quantas vezes fomos de bugue com Fortaleza e Terezinha planejar em Comboios, em Pau Brasil. Que aventura! Que aprendizado!

Vendo essa ideia dando certo e preocupados com o que garantiria uma identidade reforçada e visível dentro do município de Aracruz, uma vez que estava no momento de

retomada de nossas terras, reafirmação da identidade onde e a sociedade tentando desconsiderar e desclassificar quem somos no nosso próprio território, as discussões foram ampliadas a um projeto que atendesse nossas crianças e mais adiante os adolescentes e os jovens das comunidades indígenas.

E olha hoje, Alzenira, a alegria que invade o nosso coração! Como eu disse no começo dessa carta, o PROLIND chegando ao fim, mas foi pensado há muitos e muitos anos atrás. E não foram poucas as lutas, os desafios. Foram muitas e muitas reuniões, muitos nãos, muitas horas de fome e de longa viagem nessas estradas Aracruz X Vitória entre outras para estamos hoje vivendo esse momento de glória.

Nessa lógica de um trabalho com as crianças e adolescentes, surgiu a ideia de formação de educadores a nível de Ensino Médio para atuar. Afinal, para ser professor precisamos ter formação. Com isso foi pensado o Magistério Indígena. Que nome instigante. A ideia era formar pessoas para atuarem de maneira específica e diferenciada nas escolas das aldeias. Com isso não foi pensado ser professor indígena. Denominamos – nos como educadores. Educadores porque essas pessoas seriam lideranças, articuladores dos saberes nas comunidades.

Uma vez que essas pessoas teriam que ter o compromisso de engajamento em ações dentro de suas comunidades. No entanto que para fazer parte desse curso, os 37 educadores, agora das aldeias Tupinikim e Guarani, foram escolhidos pelas suas comunidades. Alzenira, quero aqui lembrar de alguns desses momentos na formação do Magistério Indígena (1996-1999).

Quantas lembranças boas! Momentos que aconteceram na Aldeia de Caieiras Velhas...uma semana de aula. Onde todos íamos com mala e cuia pra outra aldeia. E a equipe organizadora do curso, porque tinha um educador representante por aldeia (Alzenira – Caieiras Velha, Andrea- Pau Brasil, Marli – Irajá, Antonio Carlos – Comboios, Boa Esperança– Mauro) para deixar a semana de forma ajustada, com tudo descrito em cartaz. Tarefa definida para cada um ou grupo exercer. Tudo com ordem e decência.

Lembro que em Caeiras Velha o grupo era dividido. Os homens dormiam na Igreja Velha, ainda não tinha a igreja nova e no Centro Comunitário, mas tinha que acordar bem cedo porque era o espaço de cozinhar e tomar o café. E as mulheres dormiam na Creche e onde era a FUNAI e antiga Associação Tupinikim e Guarani.

E em alguns momentos os educadores Guarani tiveram o momento de formação na Aldeia Boa Esperança, tratando da especificidade de seu povo.

Gente, tudo era organizado previamente para esses dias de formação. Os coordenadores tinham tarefa árdua pra dar conta de articular os educadores para ninguém faltar, não perder o transporte, não esquecer nada e ainda articular de ver nas escolas que paravam as aulas para os professores estudarem, de ter presente as auxiliares de serviço gerais, que antes não eram denominadas manipuladoras, para estarem cozinhando nessas semanas de formação. Ah, e sem esquecer de dar conta dos tarefas de tempo aldeia. Leitura de textos, resumos, aulas simuladas (planos de aulas)...enfim... muitas coisas!

O curso de Habilitação Profissional para o Magistério de 1ª a 4ª série do 1º Grau - Formação específica em Educação Indígena, aconteceu de dezembro de 1996 até 1999, fundamentado nos princípios da interdisciplinaridade, na interculturalidade, na participação dos professores e lideranças das comunidades indígenas com diferentes atividades programadas para formar 37 educadores, numa parceria entre diferentes órgãos governamentais e não governamentais, com etapas de aulas presenciais e de tempo aldeia.

Um curso que começou por desejo de luta e sobretudo de fé sem mesmo saber como terminaria. Quem nos daria o certificado de conclusão porque, como vimos e vivemos por inúmeras vezes os desafios da não participação da Sedu e da falta de responsabilidade em assumir parte do projeto de educação dos povos indígenas do estado.

Mas no final do curso, já nos 45 minutos do segundo tempo, em novembro/dezembro de 1999, a Escola Estadual Monsenhor Guilherme Schimitz assumir a responsabilidade e

emitiu o nosso certificado de Ensino Médio. Sendo nossa formatura realizada, em 09 dezembro de 1999, na Aldeia de Pau Brasil.

Tenho certeza que por meio dessa formação ampliei meu olhar para as formações que os educadores indígenas e tiveram ao longo da história educacional como uma educadora articuladora, instrumentalizada e atuante, sobretudo, uma pesquisadora da nossa própria cultura. Foi um tempo desafiador e marcante porque o que eu estudava no curso colocava em prática e ia reformulando minha prática pedagógica de forma a caracterizar de fato uma escola indígena, com práticas diferenciadas, específicas, com a cultura e a tradição viva no espaço, sobretudo nas aulas. Foi uma tarefa árdua fazer essa relação dos conhecimentos tradicionais e específicos com os conhecimentos considerados básicos da sociedade envolvente, relacionar o senso comum com o científico e confrontá-los, ao mesmo tempo construir o currículo indígena.

O magistério indígena surgiu frutos como casamentos, como meu caso, Marli e Gilmar, entre outros. Tiveram nascimentos de crianças, como a sua Dandara que hoje também é educadora indígena, mas sobretudo uma visão ampliada da educação diferenciada no município, com a conquista de um Concurso Público Diferenciado para educadores indígenas, assim dando o título de efetivos à 13 educadores.

Depois continuamos nossas rodas em estudo no curso de licenciatura em Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar, Educação Infantil e Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (2003-2005), na antiga FACHA - Faculdade de Ciências Humanas em Aracruz, dado o acordo entre comunidades indígenas e empresa Aracruz Celulose, no processo de luta pela terra. Mas infelizmente minha querida, não conseguiu concluir e depois fez o curso de pedagogia em outra faculdade.

Mas ainda assim continuamos nos encontrando porque o projeto de educação escolar indígena de fato veio para ficar, apesar dos grandes desafios, das descrenças, principalmente de algumas famílias das várias comunidades. Por acharem que os educadores não teriam condições e não eram capacitados para ensinar, dando muitas

vezes valor aos professores não indígenas que atuavam nas escolas das aldeias. E em outras aldeias, como a minha, Irajá, foi desafiador trazer as crianças para a escola da aldeia.

Com isso dentro da SEMED – Secretaria Municipal de Educação já existia um espaço de discussão sobre a Educação Escolar Indígena, através de Zélia Dalva Forechi, e de um coração sensível e que sempre deixava clara em suas falas que estavam sendo formadas pessoas pra ocupar nos espaços de discussões políticas no município de Aracruz e estado. E que o espaço que ela vinha ocupando seria um dia ocupado por um educador (a) indígena. E isso se cumprindo, sendo você, Alzenira, escolhida a estar na Secretaria Municipal de Educação de Aracruz. Lembro bem e que orgulho de saber do quanto você tem de habilidades e entendimento político para ocupar essa função.

Diante de tudo que relatei nessa carta quero assim deixar para você porque acredito que também se sente contemplada enquanto educadora, na fala de Munduruku (2009, p.56) quando diz: “Não escolhi ser índio, essa é uma condição que me foi imposta pela divina mão que rege o Universo, mas escolhi ser educador, ou melhor, confessor de meus sonhos. Desejo narrá-los para inspirar outras pessoas a narrarem os seus, a fim de que o aprendizado ocorra pela palavra e pelo silêncio. É assim que dou aula, com esperanças e com sonhos.”

É nesse espaço que me encontro e me realizo porque o trabalho de elaborar, organizar, executar as minhas práticas pedagógicas a partir de pesquisas, de troca de conhecimentos, de registros da nossa cultura articulados com o espaço das escolas nas aldeias e com a comunidade indígena me impulsionam a cada dia. Aqui eu consigo fazer e refazer histórias juntamente com meus estudantes num processo de incentivo à cultura e aos saberes tradicionais, à produção de conhecimentos científicos e de elaboração de material didático.

Sei que o PROLIND é um sonho realizado, e nele podemos acreditar ser mais uma oportunidade de alcançarmos mais um degrau ao que prezamos, tanto em relação à formação continuada específica e diferenciada quanto na reflexão acerca da prática, o aprofundamento dos conteúdos específicos, bem como a visibilidade de nossas

experiências de sala de aula em consonância com o incentivo à produção de materiais didáticos diferenciados e específicos da cultura do povo Tupinikim.

Por enquanto, registro até o momento.

Um forte e grandioso abraço, guerreira.

Beijos

Marli.

5. CARTA PEDAGÓGICA SOBRE A GRADUAÇÃO/PROLIND

CARTA PARA AS EDUCADORAS E EDUCADORES INDÍGENAS

Com a conclusão do magistério indígena, os/as educadores/as estávamos habilitados para assumirmos as séries iniciais, alguns concursados, a grande maioria contratados, assumindo as diversas funções de uma escola: sala de aula, pedagogo/a e direção. As crianças estudavam até a 4ª série, diante das discriminações sofridas, por dificuldades financeiras, muitos pais não conseguiam comprar uniformes exigidos pela escola não indígena, dessa forma, muitas crianças não prosseguiram em seus estudos. Na escola não indígena, deveriam ir de uniforme e tênis, ficávamos muitas vezes para fora da sala, pois não atendíamos a regra estabelecida, lembro que o cacique era chamado por diversas vezes na escola, muitas vezes por não poder entrar, íamos pra casa a pé, ou ficávamos andando pra cima e pra baixo no Bairro Coqueiral esperando a hora de voltar pra casa, na maioria das vezes com fome pois ficaríamos sem a merenda da escola, passei por isso e muitas crianças que vieram depois de mim, também passaram.

Tudo isso que os alunos indígenas passavam na escola não indígenas, dava força para os caciques continuassem na luta para a ampliação das séries na aldeia, o objetivo seria a criança estudar todo o Ensino Fundamental na aldeia, quem sabe até o Ensino Médio. Diante desse grande anseio, novamente se reuniram para discutirem sobre um curso que pudesse garantir essa ampliação da educação na aldeia. Então em 2001, iniciamos uma luta para conseguir um curso superior específico para indígenas.

Nesse mesmo ano, fui indicada pelos educadores, para compor a Comissão Nacional de Professores Indígenas no MEC/Brasília, como titular, eu representaria o ES e MG, no período de 2001 a 2003, foi um momento muito importante na minha vida, pois tive contato com professores indígenas de todo país. Pude conhecer o processo de luta, bem como a realidade da educação escolar de vários povos, para uma pessoa que nunca havia saído do município, agora deveria ir de 4 a 5 vezes durante o ano para

Brasília, onde participaria das reuniões ordinárias e extraordinárias, na SECAD, no prédio do Ministério da Educação.

Nesse período, muitos povos já haviam iniciado o processo de discussão/implantação do PROLIND – Projeto de Licenciatura Indígena, aqui iniciamos a discussão, pensando, que poderia acontecer da mesma forma que o magistério indígena, ou seja, modular. Um curso que teria como pano de fundo, a valorização da nossa cultura, onde o conhecimento científico não iria sobrepor o conhecimento dos nossos anciãos, benzedeiros, pajé, medicina tradicional, etc.

Tive a oportunidade de conhecer vários Projetos de Licenciatura, UFRR em Roraima, UFMG em Minas Gerais e UNEMAT em Mato Grosso, essa última foi a primeira Universidade Estadual a oferecer o curso de Licenciatura Indígena, recebendo indígenas de vários lugares do Brasil. Foi muito importante conhecer as experiências de outros indígenas, ver o quanto eles avançaram nessa discussão, ver a estrutura e organização para receber os alunos, o cuidado, a atenção, na UFMG tinha pessoas para cuidar dos bebês enquanto as mães estudavam, isso tudo era muito gratificante e nos encorajava a seguir em frente.

Foram muitas idas e vindas na Universidade, muitas reuniões com departamentos, vice-reitor e reitor na tentativa de mostrar o quanto este Projeto era importante para os povos indígenas do ES. No ano de 2015 quando então o Prolind teria seu último ano de adesão pelas Universidades, pois seria extinto, dando lugar para as licenciaturas, a UFES resolver fazer a adesão, após 13 anos desde quando o Projeto foi negado lá em 2002.

Com um processo seletivo diferenciado, cerca de 70 educadores iniciaram em agosto de 2015 o PROLIND, acontecendo de forma modular, com tempo aldeia, as aulas presenciais aconteceram na Base Oceanográfica da UFES localizada em Coqueiral de Aracruz.

Foram tempos difíceis, principalmente durante a pandemia, tivemos que aprender uma nova forma de estudar, de nos distanciar, de viver, sem contatos, onde a tela do computador e do celular, assumiram essa função. A exemplo do Magistério, muitos

colegas ficaram pelo caminho e hoje em dezembro de 2022, temos 50 guerreiros que após 7 anos de curso, saíram vitoriosos, foi muito difícil meus colegas, mas nós conseguimos, nunca desistam dos seus sonhos, vocês podem tudo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse Trabalho de conclusão de curso, vem mostrar como se deu o processo de construção da Educação Escolar Indígena, lá na década de 90 e como vem consolidando até os dias atuais. Mostrando todo esse percurso sob ponto de vista de uma das protagonistas desse processo. Vem trazendo a militância de uma educadora indígena, que fez da Educação, um projeto de vida, que luta para que de fato todos conheçam e reconheçam a importância do mesmo.

Em 1994, muitos projetos foram pensados e realizados pela comunidade, a Educação Escolar Indígena foi o único que se manteve firme até hoje. Foram muitos desafios, e muitas conquistas também. Para que a Educação Escolar Indígena siga firme, é necessário que todos compreendam esse processo para então defender, apoiar, consolidar, é preciso ter o pertencimento, é preciso ser autor e autora.

A Educação Escolar Indígena não pode acabar ou enfraquecer, para isso é preciso acima de tudo ter união, compromisso e principalmente militância. Nada foi dado, tudo foi conquistado com muita luta, esse trabalho vem mostrar isso, que devemos seguir e que temos muito ainda a conquistar, esses foram alguns passos de muitos que ainda estão por vir, precisamos somar passos nessa caminhada.

7. REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos:** São Paulo: Paz e Terra, 2014a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 58. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

GONZALEZ, Soler, RAMOS, Andreia Teixeira. Educação ambiental nas redes educativas do grupo de pesquisa Territórios de Aprendizagens Autopoiéticas. **REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental**, v. 38, n. 3, p. 73-97, 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

RAMOS, Andreia Teixeira. **Geografia dos afetos** - cartas, cartões postais, diário de campo e caderno de uma pesquisadora. Vitória: Pedregulho, 2021. 196 p. Disponível em: <https://www.editorapedregulho.com.br/downloads>. Acesso em: 6 jul. 2021.

RAMOS, Andreia Teixeira. **Mulheres no congo do Espírito Santo: práticas de re-existência ecologista com os cotidianos escolares.** 2018. 319 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Uniso, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, São Paulo.

SOUSA, Maria Goreti da Silva Sousa; CABRAL, Carmen Lúcia de Oliveira. A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores. **Horizontes**, v. 33, n. 2, p. 149-158, jul./dez. 2015.

FONTES ORAIS:

SANTOS, Marli da Penha Vieira Gomes dos. Entrevista oral realizada por meio de envio de Carta Pedagógica. [nov. 2022]. [Entrevista cedida a] Alzenira Felipe Marques. Aracruz/ES, 2022.